

JUROS DE UM DÍGITO

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Nos últimos 32 anos, (1995 a 2026), tivemos juros nominais de um dígito em apenas 7 anos. As taxas mais elevadas foram observadas de 1995 a 1999, com média de 30%a.a., e as mais baixas, de 2018 a 2021, com média de 5%a.a. Este é o custo da dívida pública. Essa conversa de juro real é blá blá blá, pois o que aumenta o endividamento é o juro nominal.

Muitos falam, principalmente os Faria Limers, que os juros elevados são causados pelos déficits fiscais. Mas os dados desmentem isso. Vejamos os resultados primários nos mesmos períodos acima: de 1995 a 1999, foram positivos com média de 0,4% do PIB; de 2018 a 2021, foram negativos, com média de 2,7% do PIB (aqui inclui o elevado déficit do período da Covid-19).

Voltando aos juros nominais. Como pode uma economia crescer de verdade se em 32 anos, em apenas 7 os juros foram mais ou menos civilizados? Digo mais ou menos, pois mesmo assim foram elevados em comparação com as economias desenvolvidas.

Retirando o período da Covid-19, quando até tivemos juros reais negativos (o que contribuiu para o repique da inflação no biênio 2021-22), somente em 2 anos (2018 e 2019) tivemos realmente juros nominais mais civilizados, na casa de 6%a.a. Ou seja, apenas 2 anos em cerca de 3 décadas. E se formos lá para os anos 80, a coisa piora. Esse é o Brasil.

Já já teremos eleições e as pautas dos candidatos, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo, precisam incluir propostas de ações que viabilizem a redução das taxas nominais de juros, o que, sem dúvida, ajudaria a melhorar a qualidade de vida dos menos favorecidos e reduzir a elevada concentração de renda.

Mas referidas propostas podem ser impopulares de A a Z e encontrar obstáculos de toda ordem. Por questões eleitorais, elas podem até ficarem fora dos palanques, mas não podem deixar de ser implementadas a partir de 1º de janeiro de 2027.